

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	18
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	38
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	39
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	40
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Trimestre Atual 30/06/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	175.000.000
Preferenciais	0
Total	175.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	8.273.418	2.830.490
1.01	Ativo Circulante	756.798	486.882
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	453.834	119.778
1.01.02	Aplicações Financeiras	47.243	19.751
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	47.243	19.751
1.01.03	Contas a Receber	195.545	175.730
1.01.03.01	Clientes	195.545	175.730
1.01.03.01.01	Contas a Receber	194.425	174.017
1.01.03.01.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	1.120	1.713
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.487	4.446
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.191	6.877
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	52.498	160.300
1.01.08.03	Outros	52.498	160.300
1.01.08.03.02	Pagamentos Antecipados Relacionadas a Concessão	51.596	159.860
1.01.08.03.03	Adiantamento a Fornecedores	627	24
1.01.08.03.05	Outros Créditos	275	416
1.02	Ativo Não Circulante	7.516.620	2.343.608
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	753.445	697.245
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	430	490
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	1.723	1.688
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	751.292	695.067
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	2.149	1.222
1.02.01.10.05	Pagamentos Antecipados Relacionados a Concessão	748.125	692.723
1.02.01.10.06	Depósitos Judiciais	1.018	1.122
1.02.03	Imobilizado	35.816	38.908
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	25.925	28.831
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	721	1.201
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	9.170	8.876
1.02.04	Intangível	6.727.359	1.607.455
1.02.04.01	Intangíveis	6.727.359	1.607.455
1.02.04.01.02	Intagível	6.695.554	1.572.661
1.02.04.01.03	Infraestrutura em Construção	31.805	34.794

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	8.273.418	2.830.490
2.01	Passivo Circulante	376.413	360.779
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	13.307	12.791
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.759	1.568
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	11.548	11.223
2.01.02	Fornecedores	28.171	24.936
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	28.041	24.870
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	130	66
2.01.03	Obrigações Fiscais	166.930	161.432
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	154.859	149.320
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	138.751	135.425
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	16.108	13.895
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	12.071	12.112
2.01.03.03.01	Impostos e contribuições a recolher	11.606	11.605
2.01.03.03.02	ISS a recolher	465	507
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	153.511	143.828
2.01.04.02	Debêntures	153.511	143.828
2.01.05	Outras Obrigações	14.494	17.792
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.767	5.447
2.01.05.02	Outros	10.727	12.345
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	3.395	3.452
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	6.555	7.867
2.01.05.02.06	Passivo de Arrendamento	777	1.026
2.02	Passivo Não Circulante	3.716.847	1.974.867
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.780.974	1.834.321
2.02.01.02	Debêntures	1.780.974	1.834.321
2.02.02	Outras Obrigações	13.639	12.699
2.02.02.02	Outros	13.639	12.699
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições parcelados	677	510
2.02.02.02.04	Impostos e contribuições a recolher	5.619	6.397
2.02.02.02.07	Fornecedores	7.343	5.544
2.02.02.02.08	Passivo de Arrendamento	0	248
2.02.03	Tributos Diferidos	1.786.265	44.907
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.786.265	44.907
2.02.04	Provisões	135.969	82.940
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	34.472	32.263
2.02.04.01.05	Provisão para contingências	34.472	32.051
2.02.04.01.06	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	0	212
2.02.04.02	Outras Provisões	101.497	50.677
2.02.04.02.04	Provisão de manutenção	101.497	50.677
2.03	Patrimônio Líquido	4.180.158	494.844
2.03.01	Capital Social Realizado	246.750	246.750
2.03.04	Reservas de Lucros	3.933.408	248.094
2.03.04.01	Reserva Legal	49.350	49.350
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	3.884.058	197.344

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	1.400

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	633.143	6.481.570	520.381	1.032.016
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-227.318	-435.825	-288.164	-450.498
3.02.01	Custo de Construção	-6.927	-12.559	-3.074	-7.750
3.02.02	Provisão de Manutenção	-25.619	-48.392	0	0
3.02.03	Depreciação e Amortização	-89.686	-154.028	-168.298	-221.770
3.02.04	Custo de Outorga	-23.179	-72.812	-48.459	-96.748
3.02.05	Serviços	-46.710	-86.619	-42.040	-74.383
3.02.06	Custo com Pessoal	-25.215	-42.363	-17.688	-33.776
3.02.07	Materiais, Equipamentos e Veículos	-5.672	-10.926	-4.323	-9.253
3.02.08	Outros	-4.310	-8.126	-4.282	-6.818
3.03	Resultado Bruto	405.825	6.045.745	232.217	581.518
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-31.977	-61.105	-28.902	-64.407
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-32.477	-61.627	-29.097	-64.675
3.04.02.01	Serviços	-4.954	-22.633	-17.173	-35.929
3.04.02.02	Despesas com Pessoal	-9.201	-12.081	-3.543	-6.460
3.04.02.03	Materiais, Equipamentos e Veículos	-837	-1.180	-284	-553
3.04.02.04	Depreciação e Amortização	-622	-1.256	-643	-1.356
3.04.02.05	Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos	-2.529	-3.704	-945	-1.998
3.04.02.06	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	-1.749	-2.421	-2.564	-5.448
3.04.02.07	Lei Rouanet, incentivos audiovisuais e esportivos	-9.229	-10.225	-1.251	-8.211
3.04.02.08	Água, luz, telefone, internet e gás	-187	-480	-176	-305
3.04.02.09	Contribuições a sindicatos e associações de classe	-378	-880	-292	-616
3.04.02.10	Gastos com viagens e estadias	-124	-125	0	0
3.04.02.11	Provisão para perda esperada - Contas a receber	11	30	-1	5
3.04.02.12	Outros	-2.678	-6.672	-2.225	-3.804
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	502	524	202	1.169
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2	-2	-7	-901
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	373.848	5.984.640	203.315	517.111

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
3.06	Resultado Financeiro	-52.249	-100.685	-41.382	-83.539
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	321.599	5.883.955	161.933	433.572
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-109.430	-1.999.897	-53.793	-145.515
3.08.01	Corrente	-143.884	-258.539	-58.481	-154.417
3.08.02	Diferido	34.454	-1.741.358	4.688	8.902
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	212.169	3.884.058	108.140	288.057
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	212.169	3.884.058	108.140	288.057
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,21239	1,21239	0,61794	0,75366
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,21239	1,21239	0,61794	0,75366

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	212.169	3.884.058	108.140	288.057
4.03	Resultado Abrangente do Período	212.169	3.884.058	108.140	288.057

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	735.483	567.328
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	751.425	679.013
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	3.884.058	288.057
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.741.358	-8.902
6.01.01.03	Apropriação de Despesas Antecipadas	52.862	79.929
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	154.804	222.684
6.01.01.05	Baixa do Ativo Imobilizado e Intangível	2	219
6.01.01.06	Rever. do ajuste a valor presente do arrend. merc	34	0
6.01.01.07	Juros e Variação Monetária sobre Debêntures, Empréstimos e Financiamentos	0	88.986
6.01.01.08	Receitas de reequilíbrio	-5.254.058	0
6.01.01.09	Juros e variação monetária sobre Mútuo com Partes Relacionadas	117.078	0
6.01.01.11	Provisão para Perda Esperada - Contas a Receber	-30	-5
6.01.01.12	Constituição da Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários e Previdenciários	8.309	7.319
6.01.01.13	Constituição da Provisão de Manutenção	48.392	0
6.01.01.14	Ajuste a Valor Presente da Provisão de Manutenção	2.428	0
6.01.01.15	Capitalização de Custo de Empréstimos	-2.271	-993
6.01.01.16	Rendimento de aplicação financeira	-1.858	0
6.01.01.17	Variações Cambiais sobre Fornecedores Estrangeiros	7	-1
6.01.01.18	Atualização Monetária da Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	-170	1.151
6.01.01.19	Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento	0	127
6.01.01.20	Depreciação - Arrendamento	480	442
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-15.942	-111.685
6.01.02.01	Contas a Receber com Clientes	-20.378	-15.406
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	558	610
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-961	2.484
6.01.02.04	Despesas Antecipadas, Depósitos Judiciais e Outras	3.991	2.983
6.01.02.06	Adiantamento a Fornecedores	-603	46
6.01.02.07	Fornecedores	5.027	5.206
6.01.02.08	Fornecedores - Partes Relacionadas	-1.680	-664
6.01.02.09	Obrigações Sociais e Trabalhistas	683	2.373
6.01.02.10	Impostos e Contribuições a Recolher e Parcelados e Provisão para Impostos	257.605	151.399
6.01.02.11	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-252.319	-258.613
6.01.02.12	Obrigações com o Poder Concedente	-57	-162
6.01.02.14	Outras Contas a Pagar	-2.090	1.081
6.01.02.15	Pagamento para Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários e Previdenciários	-5.718	-3.022
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-41.410	-136.096
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	-3.204	-1.345
6.02.02	Aquisição de Ativo Intangível	-13.815	-8.209
6.02.04	Outros de ativo imobilizado e intangível	1.243	198
6.02.10	Aplicações financeiras liquidas de resgate	-25.634	-126.740
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-360.017	-295.479

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
6.03.01	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - Custo de Transação	-66	0
6.03.02	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - Pagamento de Principal	-57.751	-57.750
6.03.03	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - Pagamento de Juros	-102.925	-33.077
6.03.05	Passivo de arrendamento - Pagamentos	-531	-531
6.03.07	Dividendos Pagos a Acionistas Controladores	-198.744	-204.121
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	334.056	135.753
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	119.778	254.892
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	453.834	390.645

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	248.094	0	0	494.844
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	248.094	0	0	494.844
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-198.744	0	0	-198.744
5.04.06	Dividendos	0	0	-198.744	0	0	-198.744
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.884.058	0	3.884.058
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.884.058	0	3.884.058
5.07	Saldos Finais	246.750	0	49.350	3.884.058	0	4.180.158

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	246.750	253.471	0	0	0	500.221
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	253.471	0	0	0	500.221
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-204.121	0	0	0	-204.121
5.04.06	Dividendos	0	-204.121	0	0	0	-204.121
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	288.057	0	288.057
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	288.057	0	288.057
5.07	Saldos Finais	246.750	49.350	0	288.057	0	584.157

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
7.01	Receitas	6.598.852	1.129.909
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.596.551	1.128.911
7.01.02	Outras Receitas	2.271	993
7.01.02.01	Juros capitalizados	2.271	993
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	30	5
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-285.547	-249.789
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-103.598	-87.671
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-169.390	-154.368
7.02.04	Outros	-12.559	-7.750
7.02.04.01	Custo de construção	-12.559	-7.750
7.03	Valor Adicionado Bruto	6.313.305	880.120
7.04	Retenções	-155.284	-223.126
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-155.284	-223.126
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	6.158.021	656.994
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	17.677	7.868
7.06.02	Receitas Financeiras	17.677	7.868
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.175.698	664.862
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.175.698	664.862
7.08.01	Pessoal	48.286	35.669
7.08.01.01	Remuneração Direta	31.385	22.007
7.08.01.02	Benefícios	14.403	11.606
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.741	1.307
7.08.01.04	Outros	757	749
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.121.123	247.293
7.08.02.01	Federais	2.053.822	191.140
7.08.02.02	Estaduais	1.181	120
7.08.02.03	Municipais	66.120	56.033
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	122.231	93.843
7.08.03.01	Juros	120.402	92.291
7.08.03.02	Aluguéis	1.829	1.552
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.884.058	288.057
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.884.058	288.057

Comentário do Desempenho

1. ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL DA AUTOBAN

Abril a junho/2022

A AutoBAN (“CCR AutoBAN” ou “Companhia” ou “Concessionária”) é uma sociedade por ações controlada pela CCR S.A. (“CCR”), a qual detém, diretamente 100% do capital social da Companhia.

As informações trimestrais (ITR) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), incluem também as disposições da Lei nº 6.404/1976 e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais e as comparações são referentes ao 2T2022.

1.1 - Principais indicadores:

- A receita líquida operacional foi de R\$ 626,2 milhões (21,0%);
- O EBIT aumentou para R\$ 373,8 milhões (83,9%) e a margem EBIT ajustada aumentou para 59,7% (20,4 p.p.);
- O EBITDA ajustado atingiu R\$ 502,7 milhões (22,0%) e a margem EBITDA ajustada 80,3% (0,6 p.p.);
- O lucro líquido totalizou R\$ 212,2 milhões (96,2%).

Indicadores (R\$ MM)	2T22	2T21	Var.%
Receita Líquida Operacional*	626,2	517,3	21,0%
EBIT	373,8	203,3	83,9%
<i>Margem EBIT Ajustada</i>	59,7%	39,3%	20,4 p.p.
EBITDA (ajustado)	502,7	412,2	22,0%
<i>Margem EBITDA (ajustada)</i>	80,3%	79,7%	0,6 p.p.
Lucro Líquido	212,2	108,1	96,2%

*Receita Líquida Operacional é a Receita Líquida deduzida da Receita de Construção.

- (a) As margens EBIT e EBITDA ajustadas foram calculadas por meio da divisão do EBIT e EBITDA ajustados pelas receitas líquidas operacionais, excluídas as receitas de construção.

1.2 - Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior (Veq¹)

Em unid. (Veq¹)	2T22	2T21	Var.%
Veículos de Passeio (Eq)	30.354.004	24.529.610	23,7%
Veículos Comerciais (Eq)	38.932.901	37.665.065	3,4%
Veículos Equivalentes	69.286.905	62.194.675	11,4%

(Veq¹) - Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

Tráfego consolidado (+11,4%)

O tráfego consolidado do 2T22 registrou crescimento de 11,4% sobre o 2T21, sob influência da liberação das medidas de restrição e isolamento social no Estado de São Paulo por conta da pandemia do COVID-19.

Comentário do Desempenho

Veículos de passeio (+23,7%)

O tráfego de passeio foi fortemente afetado pelas medidas contra o COVID-19 em 2021, principalmente nos meses de março e abril, quando houve a segunda onda da pandemia. O 2T22 registrou crescimento expressivo de 23,7% influenciado pela liberação das medidas de restrição e isolamento social no Estado de São Paulo.

Veículos comerciais (+3,4%)

A movimentação de veículos comerciais no 2T22 registrou crescimento de 3,4% sobre o mesmo período do ano anterior, impulsionado pela movimentação de cargas no Porto de Santos, que nos cinco primeiros meses do ano refletiu o bom desempenho do agronegócio brasileiro e conferiu ao período a sua melhor marca, com alta de 5,5% na comparação anual.

1.3 - Reajustes de tarifas de pedágio

A tarifa de pedágio foi reajustada em 8,05% a partir da zero hora de 1º de julho de 2021, considerando a variação acumulada de 12 meses do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) de junho de 2020 a maio de 2021.

1.4 - Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita Bruta Operacional (R\$ mil)	2T22	2T21	Var.%
Receita de Pedágio	672.642	555.213	21,2%
Receita Partes Relacionadas	170	963	-82,3%
Receitas Acessórias	12.554	10.056	24,8%
Receita Bruta Operacional Total	685.366	566.232	21,0%

Receita Bruta de Construção (R\$ mil)	2T22	2T21	Var.%
Total	6.927	3.074	125,3%

No 2º trimestre de 2022 destacaram-se os serviços de recuperação de pavimentação asfáltica e de recuperação de obras de arte especiais (OAE), além das obras de implantação de via marginal do km 52+880 ao km 53+856 e km 54+320 ao km 55+091 da SP-330, incluindo alargamento da marginal existente e da alça de saída para via expressa sentido interior, do km 55+300 ao 56+000.

Receita líquida operacional

A receita líquida operacional do 2T22 (conforme demonstrado no quadro 1.1) foi 21,0% maior do que no mesmo período do ano anterior, em decorrência do reajuste de tarifa ocorrido em julho de 2021 e da recuperação de tráfego de veículos, principalmente de passeio, nas rodovias (no segundo trimestre de 2021 ainda havia restrições de circulação devido a pandemia do COVID-19).

As deduções sobre a receita operacional bruta, isto é, o recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cujo percentual total foi de 8,65% sobre a receita operacional bruta, totalizaram o valor de R\$ 58,9 milhões.

Comentário do Desempenho

Custos e despesas totais

Custos (R\$ mil)	2T22	2T21	Var.%
Custo de Construção	6.927	3.074	125,3%
Provisão de Manutenção	25.619	-	-
Depreciação e Amortização	90.308	168.941	-46,5%
Custo da Outorga	23.179	48.459	-52,2%
Serviços de Terceiros	51.664	59.213	-12,7%
Pessoal	34.416	21.231	62,1%
Materiais, Equipamentos e Veículos	7.005	6.159	13,7%
Outros	20.177	9.989	102,0%
Custos Totais	259.295	317.066	-18,2%

Custo de construção: O custo de construção sofreu aumento de 125,3% no 2T22 quando comparado ao 2T21. Este aumento reflete principalmente os custos com a obra de implantação de via marginal na região do km 53 pista sentido interior da Rodovia Anhanguera.

Provisão de manutenção: a provisão para manutenção aumentou em R\$ 25.619 quando comparado ao 2T21. A variação tem relação direta com a assinatura do Acordo Preliminar, em junho de 2021, que acarretou a exigência da contabilização mensal dessa provisão, ocorrida a partir de julho de 2021 (sem efeito no segundo trimestre daquele ano).

Depreciação e amortização: A redução das despesas na ordem de 46,6% no 2T22 em comparação ao 2T21 se deve ao efeito da assinatura do Acordo Preliminar, ocorrido em junho de 2021 e da assinatura do Acordo Definitivo, ocorrida em 31 março de 2022, provocando a consequente extensão do prazo contratual, que foi refletida no aumento dos prazos de depreciação e amortização dos ativos.

Custo da outorga: O custo da outorga no 2T22 diminuiu em 52,2% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Analogamente ao que ocorreu com a depreciação e amortização, a assinatura do Acordo Definitivo e a extensão do prazo de concessão provocaram redução nos valores mensais apropriados com Outorga Fixa.

Serviços de Terceiros: Os valores no 2T22 estão 12,7% menores do que no 2T21, principalmente em decorrência da mudança de critério de rateio dos serviços compartilhados, que eram realizados integralmente no grupo de serviços de terceiros, para os demais grupos contábeis (Pessoal; Materiais, Equipamentos e Veículos e Outros), atualmente a Companhia passou a repassar seus gastos através da metodologia do rateio de gastos, onde cada unidade de negócio é cobrada proporcionalmente ao seu consumo de recurso, sem margem de lucro. O instrumento utilizado como rateio é a Nota de Débito, onde não há incidência de tributos.

Pessoal: O custo com pessoal no 2T22 foi 62,1% maior em comparação com o mesmo período do ano anterior devido, principalmente, a mudança de critério do rateio dos serviços compartilhados, dissídio e aumento de gastos com PLR.

Materiais, Equipamentos e Veículos: Os valores do 2T22 foram 13,7% maiores em relação ao 2T21, substancialmente devido a mudança de critério do rateio dos serviços compartilhados, ao aumento no preço dos combustíveis e a postergação do início dos contratos de aluguel dos veículos da operação.

Comentário do Desempenho

Outros: Os valores do 2T22 apresentaram aumento de 102,0% em relação ao 2T21, principalmente devido ao aumento de valores realizados com doações para o Instituto CCR e em campanhas e eventos promocionais.

EBITDA

Reconciliação EBITDA Ajustado (R\$ MM)	2T22	2T21	Var.%
Lucro Líquido	212,2	108,1	96,2%
(+) IR/CS	109,4	53,8	103,4%
(+) Resultado Financeiro Líquido	52,2	41,4	26,3%
(+) Depreciação e Amortização	90,3	168,9	-46,5%
EBITDA (a)	464,1	372,2	24,7%
Margem EBITDA	73,3%	71,5%	1,8 p.p.
(+) Despesas antecipadas (b)	12,9	40,0	-67,7%
(+) Provisão de Manutenção (e)	25,6	-	-
EBITDA ajustado	502,7	412,2	22,0%
Margem EBITDA ajustada (c)	80,3%	79,7%	0,6 p.p.

EBIT

Reconciliação EBIT (R\$ MM)	2T22	2T21	Var.%
Lucro Líquido	212,2	108,1	96,2%
(+) IR/CS	109,4	53,8	103,4%
(+) Resultado Financeiro Líquido	52,2	41,4	26,3%
EBIT (a)	373,8	203,3	83,9%
Margem EBIT	59,0%	39,1%	19,9 p.p.
Margem EBIT Ajustada (d)	59,7%	39,3%	20,4 p.p.

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM 527/2012;

(b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão, ajustada por tratar-se de item não caixa nas informações trimestrais (ITR);

(c) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA pelas Receitas Líquidas Operacionais, o que exclui as receitas de construção; e

(d) A margem EBIT ajustada foi calculada sobre a receita líquida, excluindo-se a receita de construção.

(e) A provisão de manutenção se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras.

Resultado financeiro líquido

Resultado Financeiro Líquido (R\$ MM)	2T22	2T21	Var.%
Despesas Financeiras	63,3	45,0	40,7%
Juros e variações monetárias sobre debêntures	62,3	45,1	38,1%
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	1,5	-	-
Capitalização de custos dos empréstimos	-1,1	-0,5	120,0%
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	0,6	0,4	50,0%
Receitas Financeiras	-11,1	-3,6	208,3%
Rendimento sobre aplicações financeiras	-10,9	-3,3	230,3%
Juros e outras receitas financeiras	-0,2	-0,3	-33,3%

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro Líquido	52,2	41,4	26,3%
-------------------------------------	-------------	-------------	--------------

O Resultado Financeiro Líquido no 2T22 variou 26,3% quando comparado com o 2T21, principalmente pela alta variação do indexador das dívidas, o CDI.

2. Investimentos

A Concessionária mantém em dia os compromissos contratuais de investimento das rodovias no Sistema Anhanguera Bandeirantes.

3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

Total de Acidentes (un)	2T22	2T21	Var.%
Total de acidentes	1.327	1.175	13,0%
Total de vítimas	908	793	14,5%

4. Considerações finais

As informações trimestrais (ITR) da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A., aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios de legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

5. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda., emitido nesta data, e com as informações trimestrais (ITR) relativas ao período de três meses findo em 30 de junho de 2022.

Jundiaí, 11 de agosto de 2022.

A Diretoria.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 30 de junho de 2022

Os saldos apresentados em Reais nestas ITRs foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, nº 200, Bairro do Retiro, na cidade de Jundiaí, estado de São Paulo.

A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 31 de dezembro de 2037, a exploração do Sistema Rodoviário Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, sendo responsável pela administração de 316,8 km, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER/SP.

A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 1º de maio de 1998, após a assinatura do contrato, e poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de julho.

No segundo trimestre de 2022, houve recuperação de tráfego, de veículos de passeio nas rodovias, cuja redução em 2021 foi causada pela pandemia do COVID-19.

Neste semestre não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, exceto quanto ao abaixo descrito:

- **Termo Aditivo e Modificativo Coletivo nº 1/2022 (Acordo Definitivo)**

Em 31 de março de 2022 foi celebrado entre a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Logística e Transportes (“Poder Concedente”), com a interveniência e anuência da ARTESP.

Observando-se os termos e condições previstas no Termo Aditivo e Modificativo Preliminar Coletivo nº 1/2021, que foi celebrado no dia 29 de junho de 2021, o Acordo Definitivo teve o objetivo de (i) estabelecer os valores finais, apurados a partir dos cálculos realizados pela ARTESP, de cada um dos desequilíbrios econômico-financeiros dos contratos objeto do Acordo Definitivo, reconhecidos de forma irrevogável e irretroatável no Acordo Preliminar; (ii) disciplinar as responsabilidades das partes e da ARTESP quanto às medidas necessárias para o encerramento das ações judiciais objeto do Acordo Definitivo; (iii) reconhecer o saldo remanescente de desequilíbrio em favor da Companhia; (iv) promover o reequilíbrio econômico-financeiro mediante prorrogação do prazo de vigência do contrato de concessão em 3.911 dias, encerrando-se em 31 de dezembro de 2037.

Com a assinatura do Acordo Definitivo, as Partes outorgaram quitações recíprocas com relação a quaisquer litígios, presentes ou futuros, que tenham por objeto os eventos de desequilíbrio econômico-financeiro efetivamente reequilibrados pelo Acordo Preliminar e pelo Acordo Definitivo.

Notas Explicativas

- **Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato**

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão. A Companhia terá direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

1.1. Acordo definitivo

Em 31 de março de 2022, a controladora divulgou fato relevante ao mercado, noticiando que foi celebrado o Termo Aditivo e Modificativo Coletivo nº 01/2022 (“Acordo Definitivo”) aos Contratos de Concessão da Companhia, da SPVias e da ViaOeste (“Partes”).

Com a assinatura do Acordo Definitivo, as Partes outorgaram quitações recíprocas com relação a quaisquer litígios, presentes ou futuros, que tenham por objeto os eventos de desequilíbrio econômico-financeiro efetivamente reequilibrados pelo Acordo Preliminar e pelo Acordo Definitivo.

1.2. Processo de investigação

Neste semestre não ocorreram mudanças nos temas relacionados ao Termo de Autocomposição, quando comparados ao mesmo período de 2021, uma vez que foram integralmente cumpridos.

1.3. Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles principalmente:

i. Termo Aditivo Modificativo nº 16/06

Em 22 de fevereiro de 2022, a Companhia realizou o depósito dos honorários devidos ao Estado de São Paulo, bem como, houve o trânsito em julgado do processo.

ii. Reajuste Tarifário de 2013

Em 16 de março de 2022, foi deferido o pedido de suspensão da ação pelo prazo de 6 meses.

Em razão da formalização do acordo definitivo com o Estado de São Paulo ocorrida em 31 de março de 2022, a Companhia requereu no dia 8 de abril de 2022, que seja reconhecida a perda de objeto da ação por perda superveniente de interesse processual.

Em 8 de junho de 2022, foi proferido acórdão extinguindo o feito sem resolução do mérito. Guarda-se o trânsito em julgado do acórdão.

iii. Reajuste Tarifário de 2014

Em razão da formalização do acordo definitivo com o Estado de São Paulo ocorrida em 31 de março de 2022, a Companhia requereu no dia 8 de abril de 2022, que seja reconhecida a perda de objeto da ação por perda superveniente de interesse processual.

Notas Explicativas

Em 18 de abril de 2022, o Estado de São Paulo peticionou para concordar com o pedido de extinção do feito e requerer que sejam arbitrados os honorários sucumbenciais pertinentes.

Em 10 de maio de 2022, o juízo de 1ª instância proferiu despacho determinando a remessa dos autos à 3ª Câmara do Tribunal de Justiça, considerando a desistência das partes quanto à realização da prova pericial. Em 12 de maio de 2022, o Estado de São Paulo apresentou petição pedindo a desconsideração da sua manifestação anterior, em que requeria a fixação de honorários de sucumbência e concordando com a perda de objeto da ação. Aguarda-se apreciação da perda de objeto.

iv. Alteração do índice de reajuste de tarifas de pedágio

Em razão da formalização do acordo definitivo com o Estado de São Paulo ocorrida em 31 de março de 2022, a Companhia requereu no dia 8 de abril de 2022 a desistência da ação.

Em 12 de abril de 2022, o Estado de São Paulo e a ARTESP peticionaram para manifestar concordância com o pedido de desistência, mas requerendo a condenação da Companhia em honorários sucumbenciais. Em 5 de maio de 2022, a Companhia se manifestou para discordar do pedido de condenação em honorários de sucumbência.

Em 12 de maio de 2022, o Estado de São Paulo e a ARTESP peticionaram para concordar com a petição da Companhia a respeito da inexistência de direito à fixação de honorários de sucumbência.

Em 16 de maio de 2022, foi proferida sentença julgando a demanda extinta sem resolução do mérito em razão da perda de objeto e sem condenação da Companhia em honorários de sucumbência. Aguarda-se trânsito em julgado da sentença e arquivamento do feito.

v. Ação de Improbidade Administrativa - Processo nº 0022800-92.2002.8.26.0053 (antigo 053.02.022800-0)

Em 5 de novembro de 2021, o juiz da causa proferiu despacho abrindo prazo para o Ministério Público se manifestar acerca da aplicabilidade de recente alteração promovida na Lei de Improbidade Administrativa, especificamente acerca da eventual aplicabilidade da prescrição intercorrente para o caso, o que ocorreu em 7 de abril de 2022. Aguarda-se a intimação da Companhia para apresentar resposta à referida manifestação do Ministério Público.

2. Principais práticas contábeis

Neste semestre não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantém-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, exceto pelas mudanças de políticas conforme descrito abaixo, que descreve sobre a contabilização de transações relacionadas a desequilíbrios econômicos entre concessionária e Poder Concedente favoráveis à Companhia.

Política contábil anteriormente a 1º de janeiro de 2022

A Companhia não reconhecia em suas demonstrações financeiras ativos não monetários oriundos de contratos de concessão firmados com o Poder Concedente relacionados a extensão de prazos decorrentes de reequilíbrios econômicos, para os quais não existem obrigações de performance associadas junto ao Poder Concedente, sendo apenas alterada a estimativa contábil da amortização do intangível existente considerando o novo prazo de extensão.

Política contábil após 1º de janeiro de 2022

A Companhia passou a reconhecer contabilmente os ativos não monetários oriundos de contratos de concessão firmados com o Poder Concedente de acordo com as características mencionadas acima,

Notas Explicativas

como ativo intangível pelo seu valor justo, tendo como contrapartida uma receita no resultado, considerando que não existe nenhuma obrigação de performance associada. Sobre o valor contabilizado no resultado, constituiu-se passivo fiscal diferido decorrente da diferença temporária.

A Administração entendeu que, uma melhor apresentação dos impactos econômicos destas transações, deveriam ser refletidos nas Demonstrações Financeiras da Companhia de modo a propiciar que os seus usuários pudessem ter uma melhor compreensão de seus reflexos.

Os efeitos decorrentes desta nova prática foram avaliados em transações similares anteriormente realizadas entre a Companhia e o Poder Concedente e não houve necessidade de ajuste retrospectivo, pois seus efeitos não foram considerados relevantes para as demonstrações financeiras.

3. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB). Incluem também as disposições da Lei nº 6.404/1976 e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Estas ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das ITRs estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 11 de agosto de 2022, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão destas ITRs.

4. Determinação dos valores justos

Neste semestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste semestre não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa e bancos	8.523	11.415
Fundos de investimentos e CDB	445.311	108.363
Total - Caixa e equivalentes de caixa	<u><u>453.834</u></u>	<u><u>119.778</u></u>

Notas Explicativas**Aplicações financeiras**

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante		
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	46.813	19.751
Conta reserva	430	-
Total - Aplicações financeiras	<u>47.243</u>	<u>19.751</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas, à taxa média, de 100,90% do CDI, equivalente a 8,73% a.a., em 30 de junho de 2022 (99,41 do CDI, equivalente a 4,37% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2021).

7. Contas a receber

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante		
Receitas acessórias (a)	3.793	3.917
Receitas de pedágio (b)	190.699	170.197
	194.492	174.114
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	(67)	(97)
	<u>194.425</u>	<u>174.017</u>

Idade de Vencimentos dos Títulos

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Créditos a vencer	194.297	173.686
Créditos vencidos até 60 dias	125	283
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	3	48
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	21	66
Créditos vencidos há mais de 180 dias	46	31
	<u>194.492</u>	<u>174.114</u>

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão;
- (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; e
- (c) Refere-se a provisão para perda esperada – contas a receber, esperada pela Companhia.

Notas Explicativas

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	321.599	5.883.955	161.933	433.572
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(109.344)	(2.000.545)	(55.057)	(147.414)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Despesas indedutíveis	(475)	(1.065)	(238)	(1.456)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(64)	(125)	(244)	(443)
Incentivo relativo ao imposto de renda	450	1.828	1.739	3.475
Outros ajustes tributários	3	10	7	323
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(109.430)	(1.999.897)	(53.793)	(145.515)
Impostos correntes	(143.884)	(258.539)	(58.481)	(154.417)
Impostos diferidos	34.454	(1.741.358)	4.688	8.902
	(109.430)	(1.999.897)	(53.793)	(145.515)
Alíquota efetiva de impostos	34,03%	33,99%	33,22%	33,56%

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	31/12/2021	Reconhecido no resultado	30/06/2022		
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.376	(615)	761	761	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	33	(10)	23	23	-
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	10.898	823	11.721	11.721	-
Constituição da provisão de manutenção	17.230	17.279	34.509	34.509	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(34.398)	2.130	(32.268)	-	(32.268)
Provisão para fornecedores	20	(19)	1	1	-
Arrendamento	25	(6)	19	19	-
Tributos com exigibilidade suspensa de pis e cofins	1.446	910	2.356	2.356	-
Ajuste a valor presente	(830)	38	(792)	163	(955)
Capitalização de juros	(39.193)	1.286	(37.907)	-	(37.907)
Custo de transação de empréstimos	(1.723)	206	(1.517)	-	(1.517)
Receita de reequilíbrio (b)	-	(1.763.435)	(1.763.435)	-	(1.763.435)
Outros	209	55	264	264	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(44.907)	(1.741.358)	(1.786.265)	49.817	(1.836.082)
Compensação de imposto	-	-	-	(49.817)	49.817
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(44.907)	(1.741.358)	(1.786.265)	-	(1.786.265)

	31/12/2020	Reconhecido no resultado	30/06/2021		
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	260	(28)	232	232	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	15	-	15	15	-
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	16.304	1.848	18.152	18.152	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(89.723)	6.762	(82.961)	108.259	(191.220)
Provisão para perda de investimentos	297	(297)	-	-	-
Provisão para fornecedores	7	(7)	-	-	-
Arrendamento	12	13	25	25	-
Tributos com exigibilidade suspensa de pis e cofins	-	585	585	585	-
Outros	114	26	140	140	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(72.714)	8.902	(63.812)	127.408	(191.220)
Compensação de imposto	-	-	-	(127.408)	127.408
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(72.714)	8.902	(63.812)	-	(63.812)

Notas Explicativas

- (a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil) e custos de debêntures capitalizados.
- (b) Refere-se a IR/CS diferidos sobre diferença temporária oriunda do registro da receita na Companhia, decorrente da celebração do Acordo Definitivo em 30 de junho de 2022.

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Início da concessão (a)		Extensão do prazo da concessão (b)		Total	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Circulante	1.480	4.585	50.116	155.275	51.596	159.860
	Início da concessão (a)		Extensão do prazo da concessão (b)		Total	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Não Circulante	21.456	19.867	726.669	672.856	748.125	692.723

No decorrer do semestre, findo em 30 de junho de 2022, foi apropriado ao resultado o montante de R\$ 52.862 (R\$ 79.929 no semestre findo em 30 de junho de 2021).

- (a) Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão e às indenizações de contratos sub-rogados, foram ativados e devem ser apropriados até o final do novo prazo de concessão; e
- (b) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa na Companhia em que o prazo da concessão foi estendido, sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos foi ativado durante o prazo original da concessão e devem ser apropriados até o final do novo prazo de concessão.

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, assim como as transações que influenciaram os resultados dos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações		Saldos	
	01/01/2022 a 30/06/2022		30/06/2022	
			Ativo	Passivo
	Despesas / custos com serviços prestados	Receitas brutas	Contas a receber	Fornecedores e contas a pagar
Controladora				
CCR	26.770 (a)	176 (a)	166 (d)	3.663 (a)(d)
Outras partes relacionadas				
NovaDutra	2 (d)	-	-	-
ViaOeste	131 (d)	-	31 (d)	4 (d)
CPC	-	-	6 (d)	-
Samm	564 (e)	758 (c)	2.639 (c)	99 (e)
Instituto CCR	9.229 (f)	-	-	-
ViaCosteira	4 (d)	-	-	1 (d)
Linhas 8 e 9	-	-	1 (d)	-
Total	36.700	934	2.843	3.767

Notas Explicativas

	Transações		Transações	
	01/04/2022 a 30/06/2022		01/04/2021 a 30/06/2021	
	Despesas / custos com serviços prestados	Receitas brutas	Despesas / custos com serviços prestados	Receitas brutas
Controladora				
CCR	10.180 (a)	-	7.430 (a)	-
Outras partes relacionadas				
ViaOeste	126 (d)	-	-	-
CPC	-	-	10.862 (b)(g)	488
Samm	285 (e)	171 (c)	278 (e)	475 (c)
Instituto CCR	9.229 (f)	-	1.182 (h)	-
Total	19.820	171	19.752	963

	Transações		Saldos	
	01/01/2021 a 30/06/2021		31/12/2021	
	Despesas / custos com serviços	Receitas brutas	Ativo Contas a receber	Passivo Fornecedores e contas a pagar
Controladora indireta				
CCR	14.859 (a)	-	357 (d)	5.348 (a) (d)
Outras partes relacionadas				
Rodonorte	-	-	38 (d)	8 (d)
ViaOeste	-	-	26 (d)	41 (d)
RodoAnel Oeste	-	-	2 (d)	1 (d)
CPC	20.055 (b)(g)	976	-	-
Samm	556 (e)	966 (c)	2.968 (c)	49 (e)
SPVias	-	-	1 (d)	-
Instituto CCR	1.182 (h)	-	-	-
Renovias	-	-	9 (d)	-
Instituto Cultural Flavio Gutierrez - ICFG	400 (f)	-	-	-
Total	37.052	1.942	3.401	5.447

Despesas com profissionais chave da administração

	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021
Remuneração: (h)				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	371	614	700	923
Outros benefícios:				
Provisão de participação no resultado				
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	617	824	-	-
Pagamento de provisão de PPR do ano anterior pago no ano	-	863	-	(122)
Previdência privada	14	32	13	30
Seguro de vida	-	1	-	1
	1.002	2.334	713	832

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	30/06/2022	31/12/2021
Remuneração dos administradores (h)	921	938

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 05 de abril de 2022, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.700, incluindo salário, benefícios, remuneração variável pagos no ano e contribuição para a seguridade social.

Notas Explicativas

- (a) Contrato de prestação de serviços de *backoffice* administrativo e financeiro, tecnologia, engenharia e soluções integradas, *supply chain* e *backoffice* de arrecadação, executados pela filial CCR GBS (*Global Business Services*), cujo vencimento se dá no mês seguinte ao do faturamento;
- (b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (c) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após recebimento e aceitação;
- (d) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores, cujo vencimento se dá no mês subsequente a emissão do documento;
- (e) Prestação de serviços de transmissão de dados, cujos valores são liquidados todo dia 20 do mês seguinte ao do faturamento;
- (f) Refere-se a doação para auxiliar o custeio das atividades e projetos sociais a serem desenvolvidos pelo Instituto CCR;
- (g) Contrato de serviços especializados de elaboração de projetos de restauração e manutenção de pavimentos, vigente até janeiro de 2022, cujo vencimento se dá até o 1º dia do mês subsequente a prestação do serviço;
- (h) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

11. Ativo Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2021		30/06/2022			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Valor de custo							
Móveis e utensílios		3.227	-	-	6	-	3.233
Máquinas e equipamentos		59.750	-	(29)	24	-	59.745
Veículos		13.350	-	(1.429)	34	-	11.955
Equipamentos operacionais		164.991	-	(28)	2.843	(7)	167.799
Imobilizações em andamento		8.876	3.596	-	(3.302)	-	9.170
Total custo		250.194	3.596	(1.486)	(395)	(7)	251.902
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios	11	(2.844)	(132)	-	-	-	(2.976)
Máquinas e equipamentos	13	(46.613)	(2.118)	27	-	-	(48.704)
Veículos	23	(10.902)	(548)	1.429	-	-	(10.021)
Equipamentos operacionais	15	(152.128)	(3.006)	28	-	-	(155.106)
Total depreciação		(212.487)	(5.804)	1.484	-	-	(216.807)
Total geral		37.707	(2.208)	(2)	(395)	(7)	35.095

Notas Explicativas

Taxa média anual de depreciação %	31/12/2020		31/12/2021			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Valor de custo						
Móveis e utensílios	3.200	-	-	27	-	3.227
Máquinas e equipamentos	58.138	-	(69)	1.681	-	59.750
Veículos	17.310	-	(4.651)	691	-	13.350
Equipamentos operacionais	161.811	-	(24)	3.221	(17)	164.991
Imobilizações em andamento	7.322	7.143	(106)	(5.391)	(92)	8.876
Total custo	247.781	7.143	(4.850)	229	109	250.194
Valor de depreciação						
Móveis e utensílios	11	(2.624)	(220)	-	-	2.844
Máquinas e equipamentos	13	(42.243)	(4.439)	69	-	46.613
Veículos	23	(14.080)	(1.446)	4.624	-	10.902
Equipamentos operacionais	15	(145.256)	(6.896)	24	-	152.128
Total depreciação		(204.203)	(13.001)	4.717	-	212.487
Total geral		43.578	(5.858)	(133)	229	37.707

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 392 no semestre findo em 30 de junho de 2022 (R\$ 240 no semestre findo em 30 de junho de 2021). A taxa média de capitalização nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021 foi de 0,84% a.m. e de 0,35% a.m., respectivamente (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures).

- (a) Reclassificação entre ativo intangível e ativo imobilizado; e
- (b) Refere-se a recebimento de sinistros e crédito de IRRF.

12. Intangível e infraestrutura em construção

Taxa média anual de amortização %	31/12/2021		30/06/2022			
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Outros (c)	Saldo final	
Valor de custo						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	3.667.882	-	17.219	5.252.815	8.937.916	
Direitos de uso de sistemas informatizados	17.368	-	590	-	17.958	
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento	3.538	1.464	(195)	-	4.807	
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	5.924	-	-	-	5.924	
Total custo	3.694.712	1.464	17.614	5.252.815	8.966.605	
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(2.100.991)	(148.513)	-	(2.249.504)	
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(15.432)	(432)	-	(15.864)	
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(5.628)	(55)	-	(5.683)	
Total amortização		(2.122.051)	(149.000)	-	(2.271.051)	
Total intangível		1.572.661	(147.536)	17.614	6.695.554	
Infraestrutura em construção		34.794	14.230	(17.219)	-	31.805

Taxa média anual de amortização %	31/12/2020		31/12/2021			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Valor de custo						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	3.311.743	352.000 (c)	-	4.293	(154)	3.667.882
Direitos de uso de sistemas informatizados	16.815	-	-	562	(9)	17.368
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento	3.147	1.632	(86)	(1.155)	-	3.538
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	5.720	-	-	204	-	5.924
Total custo	3.337.425	353.632	(86)	3.904	(163)	3.694.712
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(1.747.173)	(353.818) (c)	-	-	(2.100.991)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(14.618)	(814)	-	-	(15.432)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(5.516)	(112)	-	-	(5.628)
Total amortização		(1.767.307)	(354.744)	-	-	(2.122.051)
Total intangível		1.570.118	(1.112)	(86)	3.904	1.572.661
Infraestrutura em construção		12.190	26.739 (d)	-	(4.133)	34.794

- (*) Amortização pela curva de benefício econômico;
- (a) Reclassificação entre ativo intangível e ativo imobilizado;
- (b) Refere-se a créditos de IRRF e desapropriações;
- (c) Em 2021, refere-se principalmente, ao pagamento de R\$ 352.000 previsto do Termo Aditivo

Notas Explicativas

Preliminar Coletivo nº 1, firmado em 29 de junho de 2021, entre a Companhia e o Poder Concedente. Este valor tem sua amortização calculada, considerando a curva de benefício econômico, a partir do início do prazo estendido da concessão definidos no TAM de 2006 e subsequentes, até o prazo atual de término da concessão. Tendo em vista que parte destes prazos já transcorreu, o saldo da amortização correspondente, no montante de R\$ 109.428, foi apropriado ao resultado na mesma data de ativação, enquanto a parcela remanescente de R\$ 242.572 (na data de ativação), está sendo amortizada até o prazo final da concessão. Para maiores informações vide nota explicativa nº 1.1 – Acordo preliminar; e

- (d) Das obras que compõem a infraestrutura em construção, destacam-se obras de implantação de faixa adicional e acostamento do km 83 ao 84 da SP-330 sentido interior e as obras de implantação de via marginal do km 52+880 ao 53+856 e do km 54+320 ao km 55+091 da SP-330, que inclui o alargamento da marginal existente e da alça de saída para a via expressa sentido interior do km 55+300 ao 56+000. Além disso, realização de serviços de recuperação de pavimentação asfáltica e de recuperação de 97 obras de arte contemplando a estrutura, as juntas elastoméricas/asfálticas, pintura de barreiras e taludes de obras de arte; e
- (e) Do montante de R\$ 5.252.815, R\$ 5.254.058 refere-se ao Termo Aditivo e Modificativo Coletivo no 01/2022 (Acordo Definitivo) ao seu contrato de concessão, estabelecendo os valores finais dos desequilíbrios econômico-financeiros, previstos no Acordo Preliminar assinado em 29 de junho de 2021 e R\$ 1.243 refere-se a desapropriações. Em 31 de dezembro de 2021, refere-se a créditos de IRRF e desapropriações; Tendo em vista a existência de saldo regulatório remanescente favorável à concessionária, seu contrato de concessão foi prorrogado até 31 de dezembro de 2037, de forma irrevogável e irreatável.

O valor justo atualizado (R\$ 5.254.058) deste direito foi mensurado em referência ao montante final pactuado entre as partes no Acordo Definitivo, cujos cálculos regulatórios seguiram os ritos normativos e métodos regulatórios aplicáveis, além de variáveis negociais. O direito foi reconhecido como ativo intangível, tendo contrapartida em receita, pois não existe nenhuma assunção de obrigação de execução de obras adicionais.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 1.879 no semestre findo em 30 de junho de 2022 (R\$ 753 no semestre findo em 30 de junho de 2021). As taxas médias de capitalização nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021 foram de 0,84% a.m. e de 0,35% a.m., respectivamente (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures).

13. Arrendamento

a. Direito de uso em arrendamento

	<u>31/12/2021</u>	<u>30/06/2022</u>	
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Saldo final</u>
Veículos	1.201	(480)	721
	<u>1.201</u>	<u>(480)</u>	<u>721</u>

Notas Explicativas**b. Passivo de arrendamento**

	31/12/2021	30/06/2022			Saldo final
	Saldo inicial	Reversão do ajuste a valor presente	Pagamentos	Transferências	
Circulante	(1.026)	(34)	531	(248)	(777)
Não circulante	(248)	-	-	248	-
	(1.274)	(34)	531	-	(777)

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros nominal de 7,08% a.a. para contratos de arrendamentos. As taxas são equivalentes às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes.

14. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 30/06/2022	Vencimento Final	30/06/2022	31/12/2021
10a Emissão - Série Única	CDI + 1,20% A.A	1,3001% (a)	2.799	1.133	Outubro de 2026	507.988	562.657 (b)
12a Emissão - Debêntures	CDI + 1,30% A.A.	1,3630% (a)	3.810	3.328	Novembro de 2026	1.426.497	1.415.492 (b)
Total geral				4.461		1.934.485	1.978.149
						30/06/2022	31/12/2021
Circulante							
Debêntures						153.945	144.316
Custos de transação						(434)	(488)
						153.511	143.828
Não Circulante							
Debêntures						1.785.001	1.838.900
Custos de transação						(4.027)	(4.579)
						1.780.974	1.834.321

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis;

Garantias:

(b) Fiança corporativa da CCR em condição suspensiva, no caso de término antecipado do contrato de concessão.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	30/06/2022
2023	53.900
2024	107.800
2025	807.800
2026 em diante	815.501
(-) Custo de transação	(4.027)
Total	1.780.974

Notas Explicativas

A Companhia possui contratos de debêntures, entre outros, com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, ou seja, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados às debêntures.

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

15. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e contratuais.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos; (ii) análise das demandas judiciais pendentes; e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	31/12/2021		30/06/2022			Saldo final
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização de bases processuais e monetária	
Não circulante						
Cíveis e administrativos	5.781	3.686	(353)	(3.470)	(70)	5.574
Trabalhistas e previdenciários	3.352	3.543	(956)	(2.248)	(267)	3.424
Tributários	22.918	2.389	-	-	167	25.474
	<u>32.051</u>	<u>9.618</u>	<u>(1.309)</u>	<u>(5.718)</u>	<u>(170)</u>	<u>34.472</u>

A Companhia possui outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	30/06/2022	31/12/2021
Cíveis e administrativos	1.520	2.807
Trabalhistas e previdenciários	5.366	2.965
Tributários (a)	<u>24.790</u>	<u>23.779</u>
Total	<u>31.676</u>	<u>29.551</u>

O principal processo relativo à questão tributária foi:

(a) Do montante total, R\$ 20.738 refere-se à execução fiscal relativa ao não recolhimento do ISSQN para a prefeitura do município de Cajamar do exercício de 2004.

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 30 de junho de 2022 é de R\$ 35.149 (R\$ 54.653 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

16. Provisão de manutenção

	31/12/2021		30/06/2022	
	Saldo inicial	Constituição (a)	Ajuste a valor presente	Saldo final
Não circulante	50.677	48.392	2.428	101.497
	<u>50.677</u>	<u>48.392</u>	<u>2.428</u>	<u>101.497</u>

- (a) Montante constituído devido a extensão do prazo contratual. Para mais informações vide nota 1.1– Acordo preliminar.

As taxas de 30 de junho 2022 e 31 de dezembro de 2021, para o cálculo do valor presente, é de 7,08% a.a. para ambos os períodos.

17. Patrimônio Líquido

a. Lucro básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021
Numerador				
Lucro líquido do exercício	212.169	3.884.058	108.140	288.057
Denominador				
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	175.000	175.000	175.000	175.000
Lucro por ação - básico e diluído	<u>1,21239</u>	<u>22,19462</u>	<u>0,61794</u>	<u>1,64604</u>

18. Receitas operacionais

	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021
Receitas de pedágio	672.642	1.303.464	555.213	1.100.045
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	6.927	12.559	3.074	7.750
Receitas de prestação de serviço de partes relacionadas	170	932	963	1.942
Receita de reequilíbrio (a)	-	5.254.058	-	-
Receitas acessórias	12.554	25.538	10.056	19.174
Receita bruta	<u>692.293</u>	<u>6.596.551</u>	<u>569.306</u>	<u>1.128.911</u>
Impostos sobre receitas	(58.939)	(114.597)	(48.924)	(96.893)
Abatimentos	(211)	(384)	(1)	(2)
Deduções das receitas brutas	<u>(59.150)</u>	<u>(114.981)</u>	<u>(48.925)</u>	<u>(96.895)</u>
Receita líquida	<u>633.143</u>	<u>6.481.570</u>	<u>520.381</u>	<u>1.032.016</u>

- (a) Refere-se a receita de reequilíbrio decorrente da celebração do Acordo Definitivo em 31 de março de 2022. Para maiores informações vide acordo definitivo 1.1 do contexto operacional e notas explicativas 8.b e 12.

Notas Explicativas

19. Resultado financeiro

	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021
Despesas Financeiras				
Juros sobre debêntures	(62.330)	(117.078)	(28.122)	(51.764)
Variação monetária sobre debêntures	-	-	(16.972)	(39.637)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(1.429)	(2.428)	-	-
Capitalização de custos dos empréstimos	1.097	2.271	511	993
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(7)	(8)	(2)	(6)
Ajuste a valor presente - arrendamento	(15)	(34)	(30)	(127)
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(619)	(1.085)	(381)	(866)
	<u>(63.303)</u>	<u>(118.362)</u>	<u>(44.996)</u>	<u>(91.407)</u>
Receitas Financeiras				
Variação monetária sobre debêntures	-	-	-	2.415
Rendimento sobre aplicações financeiras	10.880	17.180	3.333	4.874
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	1	1	5	7
Juros e outras receitas financeiras	173	496	276	572
	<u>11.054</u>	<u>17.677</u>	<u>3.614</u>	<u>7.868</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(52.249)</u>	<u>(100.685)</u>	<u>(41.382)</u>	<u>(83.539)</u>

20. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas informações trimestrais intermediárias, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	30/06/2022			31/12/2021		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	8.523	-	-	11.415	-	-
Aplicações financeiras	492.124	-	-	128.114	-	-
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	430	-	-	-	-	-
Contas a receber	-	194.425	-	-	174.017	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	2.843	-	-	3.401	-
Depósitos judiciais	1.018	-	-	-	-	-
Passivos						
Debêntures (a)	-	-	(1.934.485)	-	-	(1.978.149)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(42.069)	-	-	(38.347)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(3.767)	-	-	(5.447)
Passivo de arrendamento	-	-	-	-	-	(1.274)
Obrigações com o poder concedente	-	-	(3.395)	-	-	(3.452)
	<u>502.095</u>	<u>197.268</u>	<u>(1.983.716)</u>	<u>139.529</u>	<u>177.418</u>	<u>(2.026.669)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e bancos, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas – Conta reserva**
Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo (nível 2). As aplicações financeiras

Notas Explicativas

em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.

- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, fornecedores - partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos, por se tratar de instrumento financeiro com característica exclusiva, oriundos de fontes de financiamento específicas.
- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	30/06/2022		31/12/2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)	1.938.947	1.983.216	1.983.216	2.062.715

(a) Valores brutos dos custos de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia do valor justo”, a seguir.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

	30/06/2022	31/12/2021
Nível 2:		
Aplicações financeiras	492.554	128.114

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em taxas de juros.

Notas Explicativas

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de junho de 2023 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R\$ (4) (5)	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI ⁽²⁾	1.938.947	(281.716)	(345.976)	(410.229)
Efeito sobre os empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias e derivativos		(281.716)	(345.976)	(410.229)
Selic <i>over</i> ⁽³⁾	466	(61)	(77)	(92)
Efeito sobre as obrigações parceladas		(61)	(77)	(92)
CDI ⁽²⁾	492.554	61.095	76.314	91.510
Efeito sobre as aplicações financeiras		61.095	76.314	91.510
Total do efeito de ganho / (perda)		(220.682)	(269.739)	(318.811)
As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:				
CDI ⁽²⁾		13,1500%	16,4300%	19,7200%
Selic <i>over</i> ⁽³⁾		13,1500%	16,4300%	19,7200%

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo;

Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 30/06/2022, divulgada pela B3;
- (3) Refere-se à taxa de 30/06/2022, divulgada pelo Banco Central do Brasil;
- (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e, também, não consideram os saldos de juros em 30/06/2022, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (5) Os cenários de estresse contemplam depreciação dos fatores de risco (CDI e Selic).

21. Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. Compromissos com o Poder Concedente

Outorga variável

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita mensal bruta. A partir de julho de 2013 (exceto outubro de 2013), a alíquota passou a ser de 1,5% sobre a receita bruta mensal, conforme autorizado pelo Poder Concedente.

Notas Explicativas

No decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2022, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 20.007 referente ao direito de outorga variável (R\$ 16.981 no período findo em 30 de junho de 2021).

b. Compromissos relativos à concessão

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente, em 30 de junho de 2022 esses compromissos estavam estimados em R\$ 2.928.638 (R\$ 401.636 em 30 de junho de 2021).

22. Demonstração dos fluxos de caixa

a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no período findo em 30 de junho de 2022. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>30/06/2022</u>
Tributos a recuperar	7
Receita de reequilíbrio	<u>5.254.058</u>
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>5.254.065</u>
Outros de ativo imobilizado e intangível	<u>(5.254.065)</u>
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>(5.254.065)</u>

b. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

c. Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>Debêntures</u>	<u>Dividendos e JCP a pagar</u>	<u>Passivo de arrendamento</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(1.978.149)	-	(1.274)	(1.979.423)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Pagamentos de principal e juros	160.742	-	531	161.273
Dividendos e JCP pagos	-	<u>198.744</u>	-	<u>198.744</u>
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	<u>160.742</u>	<u>198.744</u>	<u>531</u>	<u>360.017</u>
Outras variações				
Despesas com juros e variação monetária	(117.078)	-	-	(117.078)
Reversão do ajuste a valor presente	-	-	(34)	(34)
Outras variações que não afetam caixa	-	<u>(198.744)</u>	-	<u>(198.744)</u>
Total das outras variações	<u>(117.078)</u>	<u>(198.744)</u>	<u>(34)</u>	<u>(315.856)</u>
Saldo Final	<u>(1.934.485)</u>	<u>-</u>	<u>(777)</u>	<u>(1.935.262)</u>

23. Eventos subsequentes

- Reajuste tarifário de 2022**

Em 30 de junho de 2022, o Governo do Estado de São Paulo formalizou, por meio da Edição Suplementar do Diário Oficial do Estado de São Paulo, a estabilização, temporária, do valor

Notas Explicativas

vigente das tarifas de pedágios, deixando de aplicar o reajuste contratual, previsto para vigorar a partir de 1º de julho de 2022, e previsto nos contratos de concessão firmados pela Companhia.

Em 7 de julho de 2022, o Conselho Diretor da ARTESP, no âmbito do Processo ARTESP-PRC2022/04426, publicou, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, a decisão de acatar integralmente as determinações da Secretaria de Logística e Transportes do Estado de São Paulo que reconhece a necessidade de reequilibrar os contratos de concessão das concessionárias de rodovia estaduais, incluindo a Companhia, em função da ausência de reajuste tarifário a partir de a partir de 1º de julho de 2022. A decisão estabelece ainda que o reajuste tarifário deverá ser implementado até 31 de dezembro de 2022, e que os respectivos contratos de concessão serão reequilibrados por meio de indenização financeira com pagamentos bimestrais até que o reajuste ocorra, sendo que o primeiro pagamento deverá ocorrer no último dia útil de agosto de 2022, bem como que deverão ser adotadas das medidas para a celebração de aditivos aos contratos de concessão para refletir essa determinação.

Notas Explicativas

Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo
Waldo Edwin Perez Leskovar
Marcio Yassuhiro Iha

Presidente do Conselho
Vice - Presidente do Conselho
Conselheiro

Composição da Diretoria

Rogério Cezar Bahú
José Salim Kallab Fraiha

Diretor Presidente e de RI
Diretor Operacional

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e aos Administradores da
Concessionária do Sistema Anhanguera - Bandeirantes S.A.

Jundiaí - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária do Sistema Anhanguera - Bandeirantes S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de agosto de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 31, §1º, inciso (ii), da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Kpmg Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2022.

Jundiaí/SP, 11 de agosto de 2022.

ROGÉRIO CEZAR BAHÚ
DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

JOSÉ SALIM KALLAB FRAIHA
DIRETOR OPERACIONAL

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 31, §1º, inciso (ii), da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Kpmg Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2022.

Jundiaí/SP, 11 de agosto de 2022.

ROGÉRIO CEZAR BAHÚ
DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

JOSÉ SALIM KALLAB FRAIHA
DIRETOR OPERACIONAL